

REVISTA INTERNACIONAL DE DERECHO ROMANO

**DEVELOPMENT AND CODIFICATION OF PRIVATE (CIVIL
AND COMMERCIAL) LAW IN PORTUGAL AND ITS
INFLUENCE OUTSIDE EUROPE**

Gábor Hamza
Chair Professor of Law
Ordinary member of the Hungarian Academy of Sciences
“Eötvös Loránd” University (Budapest)
E-mail: gabor.hamza@ajk.elte.hu

I. Middle Ages

Literature: A. de FIGUEIREDO: Memoria sobre qual foi a época certa da introdução, e os graós de authoridade, que entre nós adquirio...In *Memorias de Litteratura Portugueza*. I. Lisboa 1792. p. 270 ff.; P. MELLIUS FREIRIUS: *Historiae juris civilis Luisitani Liber singularis*. Conimbricæ 1815.; P. de MELO FREIRE: *Institutiones iuris civilis Lusitani*. Conimbricæ 1818.; B. J. da SILVA CARNEIRO: *Elementos de direito ecclesiastico portuguez*. Coimbra 1896.; L. CABRAL DE MONCADA: *A reserva hereditária no direito peninsular português*. I-II. Coimbra 1916-1921.; L. CABRAL DE MONCADA: O casamento em Portugal na Idade Média. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, 5 (1921-1922) p. 1-32. (=In: L. Cabral de Moncada: *Estudos de Historia do Direito*. I. Coimbra, 1948. p. 37-82.; L. CABRAL DE MONCADA: A posse de anno e a prescrição adquisitiva nos costumes municipais portugueses. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, 10 (1926-1928) p. 121-149.; L. CABRAL DE MONCADA - A. A. de CASTRO - M. REYMÃO NOGUEIRA: *História do direito português*. *Direitos de família: casamento e regime de bens*. Coimbra 1930.; M. P. MERÊA: Em torno do casamento de juras. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, (1937) p. 18 ff.; G. BRAGA DA CRUZ: *Algumas considerações sobre a „perfiliatio“*. Coimbra 1938.; IDEM: *O direito de troncalidade e o regime jurídico do património familiar*. I-II. Braga 1941-1947.; M. P. MERÊA: Notas sobre o poder paternal no Direito hispânico ocidental durante os seculos XII e XIII. *Anuario de Historia del Derecho Español*, 18 (1947) p. 15-34.; G. BRAGA DA CRUZ: *Historia do Direito Português*. Coimbra 1955.; N. J. ESPINOSA GOMES DA SILVA: Bartolo na história do Direito Português. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 12 (1958) p. 177 ff.; M. J. de ALMEIDA COSTA: *Raízes do censo consignativo. Para a história do crédito medieval português*. Coimbra 1961.; M. J. de ALMEIDA COSTA: Romanisme et bartolisme dans le droit portugais. In *Bartolo da Sassoferrato. Studi e documenti per il VI centenario*. I. Milano 1961. p. 313-334.; I. GALVÃO TELLES: Apontamentos para a história do direito das sucessões português. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 15 (1961) p. 39-278.; N. J. ESPINOSA GOMES

DA SILVA: *Humanismo e direito em Portugal no século XVI*. Lisboa 1962.; G. BRAGA DA CRUZ: Les pactes successoraux dans l'ancien droit portugais. Un point de convergence du droit romain, du droit canon et du droit coutumier. *Annales de la Faculté de Droit de Toulouse*, 11 (1963) p. 193-236.; M. J. de ALMEIDA COSTA: La présence d'Accurse dans l'histoire du droit portugais. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, (1966) p. 5-20.; H. BAQUERO MORENO: Subsídios para o estudo da adopção em Portugal na idade média (D. Ofonso IV a D. Duarte). *Revista dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique*. 5-.a série 4 (1967) p. 209-237.; M. J. de ALMEIDA COSTA: A adopção na história do direito português. *Revista Portuguesa de História*, 12 (1969) p. 95-120.; G. BRAGA DA CRUZ: O direito subsidiário na história do direito português. *Revista Portuguesa de História*, 14 (1974) p. 177-316.; A. GARCÍA Y GARCÍA: *Estudios sobre la canonística portuguesa medieval*. Madrid 1976.; M. J. de ALMEIDA COSTA: Die Verträge über Recht an Grund und Boden und Wirtschaftsleben Portugals im Mittelalter. *Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte (Germanistische Abteilung)*, 95 (1978) p. 34 ff.; A. M. HESPANHA: *A história do direito na história social*. Lisboa 1978.; M. CAETANO: *História do direito português (1140-1495)*. I. Lisboa 1981.; M. de ALBUQUERQUE: Para a história da legislação e jurisprudência em Portugal. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, 58 (1982) p. 623-654.; M. LEITE SANTOS: Relações patrimoniais dos cônjuges. In *Ruy de Albuquerque – Martim de Albuquerque: Lições de história do direito português*. Lisboa 1983.; N. J. ESPINOSA GOMES DA SILVA: *História do Direito Português. I: Fontes de direito* Lisboa, 1985.; M. J. de ALMEIDA COSTA: *História do Direito Português*. Coimbra 1996³.; G. HAMZA: *Az európai magánjog fejlődése. A modern magánjogi rendszerek kialakulása a római jogi hagyományok alapján. (Trends in the Development of Private Law in Europe. The Role of the Civilian Tradition in the Shaping of Modern Systems of Private Law)* Budapest 2002. p. 64-66.; M. LOURDES SORIA SESÉ: Portugal en la historia del derecho español. *Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad del País Vasco*, 22 (2004) p. 447-474.; G. HAMZA: *Le développement du droit privé européen. Le rôle de la tradition romaniste dans la formation du droit privé moderne*. Budapest 2005. p. 39-40. G. HAMZA: *Entstehung und Entwicklung der modernen*

Privatrechtsordnungen und die römischrechtliche Tradition. Budapest 2009. p. 95-102. and A. FÖLDI – G. HAMZA: *A római jog története és institúciói. (History and Institutes of Roman Law)* (19^a ed., melhora da e ampliada), Budapest 2014. p. 113-114.

1. After the collapse i. e. demise of the Western Gothic Empire in 714, the majority of the territory of the Iberian Peninsula came under the rule of Arabs; therefore, temporarily the Roman law could not be applied. Consequently, when dealing with the effect and survival of the *ius Romanum* we refer to those territories of the Iberian Peninsula where Christian monarchies were established.

An evidence of the significant influence of Roman law are the *Ordenações Afonsinas* (also called as *Ordenações do Rey Afonso V*). They were approved in 1446-1447, during the reign of Afonso V (1432-1481) – who was under the tutelage of his mother, later his uncle until 1448. This five-volume work consists of several sources of law (*fontes iuris Lusitani*). On the one hand, it consists of the laws (*leges*) adopted since the reign of Afonso II (1211-1223), which were influenced by the practice of the *Cortes*. On the other hand, it includes the customary law (*ius consuetudinarium, consuetudines*). The courts were obliged to apply the provisions of the *Ordenações Afonsinas*.

In Portugal the customs (*costumes*) and certain municipal statutes (*statuta*) included several elements (i. e. institutions, concepts, notions and terminology) of Roman law.

The *Codex Euricianus* and the Portuguese translation of the *Siete Partidas*, adopted during the reign of Alphonse the Wise (*Alfonso el Sabio*) were in force and in implementation. The formal as well as substantial reception (*receptio in globo* or *receptio in complexu*) did not take place in Portugal; contrary to Spain or Germany (i. e. the Holy Roman Empire; *Sacrum Romanum Imperium*).

3. In Portugal the so-called “common law” (in Portuguese: *direito comúm*) – similarly to Spain and Andorra – was based on the Roman law (*ius Romanum*) and the Canon law (*ius canonicum*).

It did not weaken the authority of the *Glossa ordinaria* of Bartolus’ and Baldus’ commentaries (*commentarii*) that the courts (tribunals) could apply these compilations only in case they were in conformity with the *communis opinio doctorum*. A reason for this was the fact that in many cases the establishment of the rules of the *communis opinio doctorum* (“commonly shared opinion i. e. view of the lawyers having a doctor’s degree”) required long examination. The *Ordenações Manuelinas*, which were promulgated in 1521, the last year of the reign of Manuel I (1495-1521), include similar rules.

The *Ordenações Filipinas* (1603) provide parallel and complying rules. It shall be noted that in this era, Portugal was under the rule of Spain (from 1580 through 1640). The *Ordenações Filipinas* were promulgated by Philip III (1598-1621),

who was the king of Spain and of Portugal (as the monarch of Portugal, Philip II) at the same time.

II. Modern Times

Literature: P. DE MELO FREIRE: *Institutiones iuris civilis lusitani*. Ulyssipone 1789.; A. BALBI: *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve*. Paris 1822.; F. BLUME: Über den neuesten Zustand der Jurisprudenz in Portugal. In *Rheinisches Museum für Jurisprudenz, Philologie, Geschichte und griechische Philosophie*, 2 (1828) p. 242–249.; J. FERREIRA BORGES: *Jurisprudencia do contrato-mercantilde sociedade*. London 1830.; J. FERREIRA BORGES: *Diccionario juridico-commercial*. Lisboa 1839.; M. A. COELHO DA ROCHA: *Instituições de direito civil portuguez*. Coimbra 1844.; J. DIAS FERREIRA: *Código Civil anotado*. Coimbra 1870.; G. MOREIRA: *Instituições de direito civil português*. Coimbra 1907.; M. P. MERÊA: *Evolução dos regimes matrimoniais de bens*. I–II. Coimbra 1913.; L. da SILVA RIBEIRO: *Notícia histórica da advocacia em Portugal*. Lisboa 1929.; J. de GOUVEIA: O pensamento jurídico português no Código Civil e na Constituição Política. *Gazeta da Relação de Lisboa*, 49 (1935) p. 241 ff.; L. CABRAL DE MONCADA: Subsídios para a história da filosofia em Portugal no século XX. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, 14 (1937–1938) und 15 (1938–1939); M. P. MERÊA: Direito romano, direito comum e boa razão. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, 16 (1939–1940) p. 539 ff.; A. VAZ SERRA: A revisão geral do Código Civil. Alguns factos e comentário. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, (1946) p. 451–513.; M. de ANDRADE: Sobre a recente evolução do direito privado português. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, 22 (1947) p. 284–343.; M. P. MERÊA: O ensino do direito em Portugal (1805–1836). In *Jurisconsultos portugueses do século XIX*. Lisboa 1947. p. 149–190.; L. CABRAL DE MONCADA: O século XVIII na legislação de Pombal. In L. CABRAL DE MONCADA: *Estudos de história do direito*. I. Coimbra 1948. p. 82 ff.; H. SECCO: *Manual Histórico do Direito Romano*. Coimbra 1948.; L. CABRAL DE MONCADA: Origens do moderno

direito português. Época do individualismo filosófico. In *Estudos de história do direito. II*. Coimbra 1949. p. 55–178.; M. de ANDRADE: O Visconde de Seabra e o Código Civil. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, 28 (1953); G. BRAGA DA CRUZ: A formação histórica do moderno direito privado português e brasileiro. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, 50 (1955); G. BRAGA DA CRUZ: *Historia do Direito Português*. Coimbra 1955.; M. da ANDRADE: Sobre recente evolução do direito privado português. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, 32 (1957) p. 284 ff.; M. J. de ALMEIDA COSTA: *Origem da enfiteuse no Direito português*. Coimbra 1957.; A. BRAZ TEIXEIRA: A Filosofia jurídica portuguesa actual. *Boletim de Ministerio de Justicia*, 89 (1959) p. 268–332.; L. CABRAL DE MONCADA: Para a história da filosofia em Portugal no século XX. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, 36 (1960); M. J. ALMEIDA COSTA: Enquadramento histórico do Código Civil Português. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, 37 (1961); M. CAETANO: Apontamentos para a história da Faculdade de Direito de Lisboa. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 13 (1961); M. J. de Almeida Costa: O ensino do direito em Portugal no século XX (reformas de 1901 a 1911). *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, (1963); G. Braga da CRUZ: La formation du droit civil portugais et le Code Napoléon. *Annales de la Faculté de Droit de l'Université de Toulouse*, 11 (1963) p. 218–236.; F. J. VELOZO: *Na iminência de um novo Código civil*. Lisboa 1966.; F. J. VELOZO: Orientações filosóficas do Código de 1867 e do actual projecto. *Brotéria*, 83 (1966) p. 145–174.; M. J. de ALMEIDA COSTA: A adopção na História do Direito português. *Revista Portuguesa de Historia*, 12 (1965) p. 95–120.; G. BRAGA DA CRUZ: O direito subsidiário na história do direito português. *Revista portuguesa de historia*, 14 (1973); J.-M. SCHOLZ: Eigentumstheorie als Strategie portugiesischen Bürgertums von 1850. *Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, 5–6 (1976–1977) p. 339–451.; A. M. HESPANHA: Sobre a prática dogmática dos juristas oitocentistas. In A. M. HESPANHA: *A história do direito na história social*. Lisboa 1978.; L. CORREIA DE MENDONÇA: As origens do Código Civil de 1966: esboço para uma contribuição. *Análise*

Social, 72/74 (1981) p. 829-868.; J. de MATOS ANTUNES VARELA: *Direito da família. I. – Direito matrimonial*. Lisboa 1982.; A. M. HESPANHA.: *História das instituições. Épocas medieval e moderna*. Lisboa, 1982.; A. RESENDE DE OLIVEIRA: Poder e sociedade. A legislação pombalina e a Antigua sociedade portuguesa. In *O Marquês de Pombal e o seu tempo. I*. Coimbra 1982. p. 51-89.; J.-M. SCHOLZ: La constitution de la justice commerciale capitaliste en Espagne et au Portugal. In *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX. II*. Lisboa 1982. p. 65-87.; M. J. de ALMEIDA COSTA: *Debate jurídico e solução pombalina*. Coimbra 1983.; S. MEIRA: O juriconsulto Teixeira de Freitas e o projeto de Código civil português de 1867. *Revista de Direito Comparado Luso-Brasileiro*, 3 (1983); M. REIS MARQUES: Elementos para uma aproximação ao estudo do „usus modernus pandectarum” em Portugal. In *Estudos em homenagem aos Profs. Manuel Paulo Merêa e Guilherme Braga da Cruz*. Coimbra 1983.; J. A. RIOS: Família e sucessão no Brasil e em Portugal nos séculos XIX e XX: tentativa de síntese. *Revista de Direito Comparado Luso-Brasileiro*, 3 (1983); M. REIS MARQUES: *O liberalismo e a codificação do direito civil em Portugal. Subsídios para o estudo da implantação em Portugal do direito moderno*. Coimbra 1984.; M. A. RODRIGUES: Universidade de Coimbra, sete séculos de história. *Revista Brasileira de Direito Comparado*, 9 (1990); H. E. MENDES: *A Parte Geral do Código Civil Português*. Coimbra 1992.; C. A. DA MOTA PINTO: *Teoria Geral do Direito Civil*. Coimbra 1993.; L. CABRAL DE MONCADA: *Lições de Direito Civil*. Coimbra 1995.; A. DOS SANTOS JUSTO: Recordando o Visconde de Seabra no centenário de seu falecimento. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, 71 (1995) p. 29 ff.; E. VERA-CRUZ PINTO: *As Origens do Direito Português. A Tese Germanista de Teófilo Braga*. Lisboa 1996.; C. MENEZES: *Da Boa fé no Direito civil*. Coimbra 1997.; A. A. VIEIRA CURA: O costume como fonte de direito em Portugal. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, 74 (1998); J. PIRES CARDOSO: *Noções de Direito Comercial*. Lisboa 1999¹³.; G. HAMZA: *Az európai magánjog fejlődése. A modern magánjogi rendszerek kialakulása a római jogi hagyományok alapján. (Trends in the Development of Private Law in Europe. The Role of the Civilian Tradition in the Shaping of Modern Systems of Private Law)* Budapest 2002. p. 161-163.; A. A. VIEIRA CURA: O fundamento romanístico da eficácia

obrigacional e da eficácia real da compra e venda nos Códigos Civil espanhol e português. In *Studia Iuridica*, 70 (Colloquia II) *Jornadas Romanísticas*. Coimbra 2003.; A. A. VIEIRA CURA: Transmissão da propriedade e aquisição de outros direitos reais. Algumas considerações sobre a história do „sistema do título e do modo”. In *Estudos em homenagem ao Prof. R. Ventura*. I. Coimbra 2003.; G. HAMZA: *Le développement du droit privé européen. Le rôle de la tradition romaniste dans la formation du droit privé moderne*. Budapest 2005. p. 39-40.; J. MÜLLER: *Der Allgemeine Teil im portugiesischen Zivilgesetzbuch. Entstehungsgeschichte und ausgewählte Einzelprobleme*. Hamburg 2008.; G. HAMZA: *Entstehung und Entwicklung der modernen Privatrechtsordnungen und die römischrechtliche Tradition*. Budapest 2009. p. 337-344. and A. FÖLDI – G. HAMZA: *A római jog története és institúciói. (History and Institutes of Roman Law)* (19^a ed., melhorada e ampliada), Budapest 2014. p. 113-114.

4. The *Lei da Boa Razão* (para os direitos das nações polidas e civilizadas) – adopted during the reform-governance of Marquis de Pombal¹ (under the reign of king Joseph I [1750-1777]) – regarded Roman law (*direito romano*) as a subsidiary source of law, that may be applied in case it was in conformity with the *boa razão* (which practically i. e. *de facto* indicates the natural law [*direito natural*]). The law adopted on 9 September, 1769 (*Lei de 9 de setembro 1769*), which comprehensively modified and

¹ Sebastião José de Carvalho e Malho (duke of Oeyras, Marquis de Pombal [1699-1782]) was appointed to Prime minister in 1756 by Joseph I. Marquis de Pombal abolished slavery in Portugal, and provided to the Brazilian original inhabitants the same rights as to the Portuguese people. He resigned in 1777, the first year of the reign of Mary I. The far-reaching reforms of Marquis de Pombal, who was committed to the centralist state power and enlightened absolutism, were completely preserved.

amended the rules governing the law of successions (*direito sucessório*) is worth mentioning in particular. In this reform, the ideas of the Enlightenment (*époque des Lumières*) played an important role ("*reforma iluminista*").

5. José Homem Correia Teles (1780-1849) in his work entitled "*Theoria da interpretação das leis*" (1815) followed the dogmas of Jean Domat (1625-1696). His work published in 1824 interpreting the *Lei da Boa Razão* had significant importance. Correia Teles also played an important role in the compilation i. e. drafting of the Portuguese Civil code. He was a member of the committee entrusted with drafting the code. José Homem Correia Teles in his influential work of three volumes ("*Digesto portuguez, ou tractado dos direitos ou obrigações civis, accommodado as leis e costumes de nação portugueza para servir de subsidio ao Novo Codigo Civil*"), which was published in 1835, regarded the Prussian *Allgemeines Landrecht für die Preußischen Staaten* and the French *Code civil* as having guiding value for the Portuguese Civil code.

However, according to views of Correia Teles, the long-established Portuguese civil law related jurisprudence (legal science) based on the centuries-old Roman law traditions should have been the basis of codification. We shall mention in this regard the highly esteemed and renowned textbook of Manuel António Coelho da Rocha (1793-1850) entitled *Instituições de direito civil portuguez*² in which the renowned

² Coimbra, 1844.

civilist deals with and presents the traditional Portuguese civil law.

6. In the 19th century, the representatives of the “movement of codification” - supported by high ranking politicians, as well - suggested that the legal traditions should be abolished. A. L. Visconde de Seabra (1798-1895), follower i. e. adept of the School of Law (Trend) of Natural Law (*Escola do direito natural*), who was entrusted with the codification in 1850, published his draft in 1858. Similarly to the Swiss jurisconsults and chief architects of codification Walther Munzinger (1830-1873) and Eugen Huber (1849-1923), Seabra was exclusively charged with the work of the codification. The draft (*Proyecto*) of Visconde de Seabra was presented to the government in 1858. After several amendments (modifications), the Portuguese *Código civil* came into force finally during the reign of king Louis I (1861-1889) in 1868.

Besides the oeuvre of Visconde de Seabra - who graduated in Coimbra - as legal scholar, translator of literary works and philosopher, his political activities also gained considerable significance. He translated into Portuguese works of classical Latin authors, such as Horatius and Ovidius. Visconde de Seabra also commented their works - his commentaries are of great value even in the present time. The importance of his work dealing with the philosophy of law entitled “*A Propiedade. Philosophia do Direito para servir de introdução ao comentario sobre a Lei dos foraes*” shall be

emphasized. This work - published in 1850 - played an important role in his assignment as the compiler (redactor and drafter) of the Portuguese Civil code. Seabra was appointed the minister of justice and ecclesiastical matters in 1852 and 1868 for a short time. He was the president of the Portuguese Chamber of Deputies (*Câmara dos Deputados*) between 1862 and 1868. Visconde de Seabra was also the Rector of the University of Coimbra (founded in 1290 originally in Lisboa and transferred later to Coimbra) between 1866 and 1868.

7. In the drafting of the *Código civil* the liberal Visconde de Seabra took into account the provisions of the Prussian *Allgemeines Landrecht für die preussischen Staaten* related to civil law, the French *Code civil* and the Austrian *Allgemeines Bürgerliches Gesetzbuch*. Art 16 of the Portuguese *Código civil* regards natural law (*direito natural*) as a subsidiary source of law (*direito subsidiário*).³ In this respect, natural law is the law incorporated into the *boa razão*, which is related to Roman law in several aspects. In the interpretation of the *Código civil* the highly reputed five-volume commentary of J. Dias Ferreira (1837-1909) played an important role. Dias Ferreira interpreted the Civil code basically in compliance with the Roman law traditions.

³ Art 16 of the Portuguese civil code regards the content of the *principios de direito natural, conforme as circunstâncias do caso* as subsidiary source of law (*direito subsidiário*).

8. The new Portuguese Civil code was adopted following prudent and thorough preparatory work in 1966. It came into force one year later, in 1967.⁴ The new civil code was predominantly influenced by the German *Bürgerliches Gesetzbuch* (BGB) and the German civil law jurisprudence, for instance by the German doctrine of legal transactions (*Rechtsgeschäftslehre*). The effect of the German pandectist legal science (*Pandektenwissenschaft*) and the Historical School of Law (*escola histórica*) can be observed in the structure of the *Código civil*.

It shall be noted that the General Part i. e. the First Book (in German: *Allgemeiner Teil* i. e. *Parte geral*) of the *Código civil* is more extensive than the *Allgemeiner Teil* (*Erstes Buch*) of the German *Bürgerliches Gesetzbuch*. Contrarily, the Portuguese civil code does not provide the definition of the legal transactions or in other terms legal acts (in German: *Rechtsgeschäfte*). The first provision dealing with legal transactions (Art. 217) only provides that expression of will (in German: *Willenserklärung*) may be explicit or implicit.

The committed follower i. e. adept of the idea of incorporating the General Part into the civil code was Professor

⁴ The preparatory works i. e. the decades-long process of drafting of the new Portuguese civil code began in 1940. Its legal basis was the N° 33908 *decreto-ley*, which explicitly pointed out the defects of the Civil code of 1867. The drafting of the new civil code was finished i. e. completed in 1966.

Moreira. He inserted the course taught on the general part of the civil law as part of the curriculum at the University of Coimbra in 1900. In this regard, he was influenced by the German pandectist legal science (in German: *Pandektenwissenschaft* or *Pandektistik*).

The above-mentioned tendency concerning the general part originates from the renowned civilist, Manuel António Coelho da Rocha. Coelho da Rocha proposed even before the promulgation of the *Código civil* that the doctrines of the civil law should be incorporated into the code. He referred to the well known textbook of the German legal scholar, Ferdinand Mackeldey (1784-1834) entitled *Lehrbuch des heutigen Römischen Rechts*, which was translated into several languages and was known also in Portugal.⁵ The structure i. e. system of the *Código civil* currently in force and the introduction of the General part (*Parte geral*) can be attributed mainly to Moreira's influence. However, it shall also be noted that French civil law, both doctrine and legal practice (in French: *jurisprudence*) also had a significant impact on the new i. e. second Portuguese civil code.

9. The commercial law (mercantile law) in Portugal was codified for the first time in 1833 i.e. four years after the first Spanish commercial code had been promulgated. It was the French *Code de commerce* of 1807 that played a guiding as well as

⁵ Ferdinand Mackeldey was professor of Roman law in the University of Bonn, which was founded by Frederick William III of Prussia (1797-1840) on 18 October, 1818.

decisive role in the compilation i. e. drafting of the code.⁶ The work of the codification was carried out by the highly esteemed legal scholar, José Ferreira Borges.

With respect to the fact that in Portugal – similarly to Spain – the civil code was not put into force simultaneously with the commercial code, the Portuguese *Código de comercio* includes provisions of the law of obligations (*direito das obrigações*). Contrary to the (second) Portuguese commercial code adopted (promulgated) in 1888, the code of 1833 follows the *concept moniste*.

The second Portuguese commercial code which came into force on 1 January, 1889, was drafted by Francisco António da Veiga Beirão.⁷ It shall be noted that the code of commercial (business) companies (*Código das Sociedades Comerciais*) of 1986 substantially amended the company (business) law.

10. The first Portuguese civil code (which came into force in 1868) with minor amendments i. e. modifications is still in force in the former Portuguese colonies (Goa, Damão and Diu) that were annexed by India in December 1961.⁸ The provisions

⁶ The first Portuguese commercial code (adopted in 1833) is often referred to as “*Código de Ferreira Borges*”.

⁷ The commercial code (adopted in 1888) is often referred to in the literature as the “*Código de Veiga Beirão*”.

⁸ Goa became a Portuguese colony in 1510. Goa was conquered by Afonso de Albuquerque. Goa became the capital of the Eastern Portuguese colonial territories. On 18-19 December, 1961, India occupied and

of the Civil code of 1966 shall be applied in the former Portuguese colonies in Africa, even after having gained their independence; in case i. e. provided these provisions are in compliance with the constitutional order.⁹

Consequently, in Angola (*República de Angola*), Mozambique (*República de Moçambique*), Cape Verde (*República Cabo Verde*), São Tomé and Príncipe (*República Democrática de São Tomé e Príncipe*) and Guinea-Bissau (*República da Guiné-Bissau*) the significantly amended versions of the code were adopted as national civil codes.

In Guinea-Bissau the unification of the commercial law and the company law can be observed. This progression is attained within the framework of the Organization for the

subsequently annexed Goa, Damão and Diu. It shall be noted that on 17 August, 1962, the so-called French India (*Inde Française*) – Pondicherry, Kapikal, Yanaon and Mahé – became part of India in terms of international law; inasmuch as these territories were under the administration of the Republic of India since 1954.

⁹ Concerning the Portuguese colonial law (*direito colonial*) see: C.R. Gonçalves Pereira: *História da administração da justiça no Estado da Índia. Séc. XVI.I-II*. Lisboa, 1964-1965.; C.E. Boxer: *The Portuguese Seaborne Empire, 1515-1825*. London, 1969. and idem: *Portuguese Society in the Tropics. The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda (1510-1800)*. London, 1969.

Harmonization of Business Law in Africa (*Organisation pour l'Harmonisation en Afrique du Droit des Affaires* – OHADA).¹⁰

¹⁰ The OHADA currently consists of 16, mainly francophone Black-African states. However, it also includes the Portuguese-speaking Republic of Guinea-Bissau and the Spanish-speaking Republic of Equatorial Guinea. The OHADA was created on October 17, 1993 in Port Louis, Mauritius. It is worth mentioning that the Republic of Mauritius became independent from the United Kingdom in 1968. The official language of the island state is English, and it is a member of the Commonwealth of Nations. See: C.M. Dickerson: *Le droit de l'OHADA dans les États anglophones et ses problématiques linguistiques*. *Revue Internationale de Droit Comparé* 60 (2008) p. 7-18.